

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Herbert Victor Levy - Presidente
Luiz Fernando Ferreira Levy - Vice-Presidente

Paulo Roberto Ferreira Levy
Henrique Alves de Araújo
Roberto de Souza Ayres
Delacir Mazzini
Benjamin Constant Correa Junior

GAZETA MERCANTIL

* 8 FEV 1996

QUINTA-FEIRA, 8 DE FEVEREIRO DE 1996

Economia - Brasil GAZETA MERCANTIL

Limiar de novo ciclo de investimento

A volumosa entrada de recursos externos nos últimos meses no Brasil, que atinge novos picos neste início de ano, provocando problemas bem conhecidos na execução da política monetária, tende a obscurecer o fato de que o País também está atraindo investimentos diretos em valor recorde. Não é de forma alguma irrealista a previsão do Centro de Economia Mundial (CEM), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), de que o volume de capital de risco alcance US\$ 5 bilhões, representando um acréscimo de mais de 50% do total ingressado no País em 1995 (US\$ 3,285 bilhões, marca também recorde).

Esse é um dado fundamental para avaliação da vitalidade da economia brasileira. É certo que, sendo um país em desenvolvimento e arcando com um pesado déficit na conta de serviços, o Brasil precisa apresentar um superávit comercial bastante expressivo para evitar que o déficit em conta corrente ultrapasse uma faixa perigosa em relação ao Produto Interno Bruto (PIB). Manda a prudência que se procure manter esse déficit em torno de 2% do PIB, representando um valor que, nas condições atuais, pode ser financiado com tranquilidade pelo ingresso de recursos externos, ainda que constituam aplicações consideradas de natureza especulativa. Mas não se deve esquecer que isso representa um endividamento, com os ônus daí decorrentes.

A segurança do País no que diz respeito às contas externas será muito maior se, em uma proporção crescente, o déficit em conta corrente

puder ser financiado com investimentos diretos. O Brasil está hoje nessa trilha. Como disse o economista Carlos Geraldo Langoni, ex-presidente do Banco Central e hoje diretor do CEM, o País está saindo da "Idade da Dívida Externa, vivida na década de 80, para a atual Idade do Capital", como resultado do impacto do Plano Real, que, aliado ao processo de abertura, veio ressaltar o enorme potencial do nosso mercado.

A estabilização faz novas empresas "descobrirem" o mercado brasileiro

Se é verdade que ainda pode demorar algum tempo até que o déficit em transações correntes possa ser inteiramente coberto por investimentos diretos ou capitais de longo prazo, as perspectivas são muito animadoras. Como assinalou Langoni, é muito significativo que 20% do valor de novos investimentos no País deve provir de empresas estrangeiras que ainda não estão instaladas no País. Sem dúvida, os investimentos das empresas que aqui já estão e que confiaram há anos no dinamismo de nossa economia são decisivos, mas o fato de uma proporção tão considerável de outras empresas "descobrir" oportunidades no mercado brasileiro é prova de como mudou o conceito do País no exterior.

Outro aspecto que deve ser destacado é que, pela sua própria origem e pelo trânsito que têm no mercado internacional, tais empresas virão reforçar a capacidade exportadora do País, especialmente de produtos manufaturados, incorporando novas

tecnologias. Embora facilidades possam ser instituídas para que novas indústrias se instalem aqui e ali, essas empresas não vêm atraídas por um sistema especial de incentivos, mas por considerarem o Brasil como estratégico no quadro global.

Está aí uma das principais avenidas para a expansão sustentável dos níveis de emprego no País, sob a presunção de que as empresas nacionais serão incentivadas cada vez mais também a investir na expansão. Se, em um primeiro momento, as empresas nacionais têm sido levadas, principalmente, a realizar investimentos para aperfeiçoamento dos métodos de produção ou absorção de novas tecnologias, em geral poupaduras de mão-de-obra, elas serão levadas, nessa nova etapa, a diversificar atividades.

Em face dessas perspectivas, a privatização tem um papel-chave. A desestatização não tem sido pólo de atração do capital estrangeiro até agora, mas isso deve mudar com as chamadas "megaprivatizações". Simultaneamente, ela tem levado o capital nacional a mobilizar-se, o que ainda terá muitos desdobramentos.

O mais importante, contudo, é que esse processo desonerará o estado de pesados investimentos no setor produtivo e permitirá resgatar uma parcela substancial da dívida interna, liberando recursos para investimentos sociais por parte do governo. Isso não é mera retórica: a qualificação da mão-de-obra é pré-requisito para o novo ciclo de desenvolvimento.